



UNIVERSALISMO NA CIÊNCIA E NA ARTE: reflexões a partir de um postulado de Schaeffer

UNIVERSALISM IN SCIENCE AND ART: thoughts on a postulate from Schaeffer

UNIVERSALISMO EN CIENCIA Y ARTE: reflexiones de un postulado de Schaeffer

Kamai Freire

Compositor e pesquisador, atualmente Mestrando e Assistente de Pesquisa na Cátedra UNESCO - Transcultural Music Studies, Instituto de Musicologia Weimar-Jena, Franz Liszt - Friedrich Schiller, Alemanha. Bacharel em Composição pela Universidade de Brasília.

E-mail: kamaifreire@gmail.com

RESUMO

Este breve ensaio toma um postulado de Pierre Schaeffer em seu tratado sobre objetos musicais como ponto de partida de uma revisão crítica sobre o conceito de universalismo e sua aplicabilidade aos dilemas das diferentes linhas de pesquisa em musicologia. Sendo o postulado de Schaeffer uma crítica direta à etnologia da música, busca-se neste ensaio uma possível leitura das entrelinhas da formulação do tratadista, situando seu ponto de vista dentro de um panorama histórico e objetivando debater a problemática da teoria universalista e estruturalista no contexto científico em geral e musicológico em particular. Ao apontar lógicas de pensamento e vícios de linguagem resultantes da colonização, este debate incita futuras empreitadas revisionistas similares sobre outras obras e sugere algumas soluções a se adotar no ambiente acadêmico para mitigar a reverberação e multiplicação dos problemas aqui debatidos.

Palavras-chave: : Universalismo. Etnologia. Decolonialidade.

ABSTRACT

This short essay takes one postulate from Pierre Schaeffer in his Treatise on Musical Objects as the starting point for a critical review of the concept of universalism and its applicability to the dilemmas of different lines of research in musicology. As Schaeffer's postulate is a direct criticism on the ethnology of music, this essay seeks a possible reading between the lines of this specific treatise's formulation, placing his point of view within a historical panorama and aiming to debate the problematic of universalist and structuralist theory in the scientific context in general and musicological context in particular. By pointing out logics of thought and vices of language resulting from colonization, this debate encourages similar revisionist undertakings about other works and suggests some solutions to be adopted in the academic environment to mitigate the reverberation and multiplication of the problems discussed here.

Keywords: Universalism. Ethnology. Decoloniality.



RESUMEN

Este breve ensayo toma un postulado de Pierre Schaeffer en su tratado sobre objetos musicales como punto de partida para una revisión crítica del concepto de universalismo y su aplicabilidad a los dilemas de diferentes líneas de investigación en musicología. Dado que el postulado de Schaeffer es una crítica directa de la etnología de la música, este ensayo busca una posible lectura de las líneas de la formulación del tratado, colocando su punto de vista dentro de un panorama histórico y con el objetivo de debatir el problema de la teoría universalista y estructuralista en el contexto científica en general y musicológica en particular. Al señalar las lógicas de los vicios del pensamiento y el lenguaje resultantes de la colonización, este debate alienta futuras empresas revisionistas similares en otros trabajos y sugiere que se adopten algunas soluciones en el entorno académico para mitigar la reverberación y la multiplicación de los problemas discutidos aquí.

Palabras-clave: Universalismo. Etnología. Descolonialidad.

Introdução

“Os músicos tradicionais, como seu nome sugere e também como seus interesses os inclinam, são muito curiosos sobre as fontes históricas da música e de uma etnologia musical que não seria muito diferente da etnologia das línguas. Mas, chegando relativamente tardia neste campo, a *etnologia* inicialmente *concentrou-se e remeteu-se a seu próprio objeto de estudo* em vez de ao *fenômeno musical*, o qual suas descobertas *poderiam ter explicado*. E os musicólogos, com poucas exceções, não parecem realmente prontos para decifrar essas outras linguagens, que, no entanto, *deveriam nos dar as chaves para um verdadeiro universalismo musical*.”¹ [tradução livre]

Neste tratado excepcionalmente abrangente, a etnologia da música talvez tenha sido a disciplina que Schaeffer menos debateu, entre tantas sistematizações minuciosas, tanto da composição, quanto da cognição, fenomenologia e filosofia da música. Quando ele se refere à etnologia da música ou temas afins, parece que ele de alguma forma defende certas opiniões, pelas quais o estruturalismo e o universalismo são tidos como um campo de visão possível e coerente dentro da ciência. É claro que estas duas teorias – se consideradas puramente em âmbito teórico especulativo – podem ser legítimas e dignas de reflexão, o que não muda o fato

¹ Schaeffer, Pierre. (1966) *Treatise on Musical Objects: An Essay Across Disciplines*. Vol. 20, p. 52. Trad.: Cristine North & John Dack, University of California Press, 2017. “Traditional musicians, as their name suggests and also as their interests incline them, are very curious about the historical sources of music and a musical ethnology that would not be very different from the ethnology of languages. But, a relative latecomer into this field, *ethnology* initially *concentrated on and referred back to its own object of study* rather than the *musical phenomenon* its discoveries *could have explained*. And musicologists, with few exceptions, do not really seem ready to decipher these other languages, which, however, *should give us the keys to a true musical universalism*” (grifos meus).

apresentado aqui como o cerne desta revisão crítica: o importante não é *o que* tais conceitos significam, mas exatamente *como* são concebidos e *para que/m* são utilizados.

Esta abordagem de Schaeffer é contextualmente compreensível, primeiramente porque, de fato, a etnologia não era o seu campo de pesquisa propriamente dito – apesar do esforço verdadeiramente admirável em criar um tratado extensivamente multidisciplinar “a várias mãos”, sendo este tratado um dos resultados de anos de investigação de um grupo de pesquisa. Portanto, sendo parcialmente estrangeiro nesta área (com todo o respeito e na ausência de palavra melhor), ele poderia naturalmente maturar para si uma perspectiva própria sobre a etnologia da música, ou se ater a pontos específicos de autores específicos. É importante reconhecer que Schaeffer não pode ser considerado um completo forasteiro, pois no início da etnologia da música era bastante comum que tais musicólogos (às vezes chamados de etnomusicólogos) viessem do campo da composição, ou mesmo de outras ciências totalmente distintas, e ele, como artista e pesquisador interdisciplinar bem conectado, provavelmente teria tido contato relativamente frequente com autores e obras desta área. Em maior ou menor medida, tais contextos históricos e disputas narrativas serão aqui também brevemente discutidos, a fim de apoiar a fundamentação do debate neste ensaio de revisão crítica.

Segundamente, na época de suas publicações, estruturalismo e universalismo eram quase uma tendência dentro da comunidade científica, não só no campo da música, mas entre os mais diversos campos de pesquisa. A bem da verdade, pode-se dizer hoje com segurança que essas hipóteses e as especulações por trás delas foram de certa forma algumas das motivações que praticamente fundaram a etnologia da música – e a difundiram tão rapidamente, quase como uma moda. Naturalmente, havia razões técnicas e pragmáticas para o florescimento das etnologias entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX: o vislumbre do surgimento e aprimoramento da tecnologia de gravação sonora e visual, bem como as circunstâncias da colonização em geral, o desenvolvimento da industrialização e dos meios de transporte, etc. Na verdade, não seria exagerado pensar que, em alguns aspectos, o pensamento por trás do universalismo era, por assim dizer, a própria base ou a natureza primordial da ciência. Em outras palavras: a vontade ancestral de poder explicar com precisão a natureza e os seres humanos para tentar, com isso, de alguma forma prever os seus processos, está no cerne da ciência e ainda hoje estimula tais hipóteses como o estruturalismo e o universalismo nas ciências humanas.



Assim sendo, de fato pode-se imaginar ter sido muito “natural” para Schaeffer formular este ponto de vista sobre a etnologia da música naquele momento, ou pode-se até mesmo hoje em dia ler tal postulado e não atentar para o pesado teor colonial de sua fala. Felizmente pensadores e estudiosos de diversas áreas em vários países investiram longos e árduos trabalhos na desconstrução de equívocos da mentalidade colonial, trabalhos direcionados tanto ao poder de tais equívocos nos tratamentos cotidianos da vida em sociedade, quanto à abundância destes equívocos na produção acadêmica geral, e sobretudo na forma como estas duas dimensões – social cotidiana e profissional acadêmica – se retroalimentam (DA SILVA, 2007). Chamar a atenção sobre tal “naturalização” da lógica de pensamento colonial no específico caso desta fala deste tratado é o objetivo principal deste breve ensaio, uma vez ser esta uma obra ainda hoje muito utilizada e referenciada em cursos, seminários e palestras no ensino superior em música a nível internacional.

PROBLEMÁTICA

Muitas coisas estão implícitas nesta fala de Schaeffer, o que torna seu postulado – tanto pelo conteúdo, quanto pelo fato de estar implícito – especialmente representativo de todo um *Zeitgeist* que já vinha sendo contestado em muitas frentes desde o século XIX, mas que realmente passa a ser categórica e onipresentemente combatido por volta da época em que Schaeffer escrevera este tratado e até hoje. Um ensaio mais extenso poderia destrinchar o ranço colonial deste postulado palavra por palavra. Aqui, porém, tomo dois aspectos mais flagrantes e relativamente mais graves para tecer minhas reflexões. Estes dois aspectos poderiam ser sintetizados nos seguintes apontamentos: a presunção de superioridade da musicologia sistemática frente às demais musicologias sob um pretenso cientificismo; a presunção de inferioridade das músicas não-ocidentais/não-ocidentalizadas sob um suposto estado primitivo ou estágio primordial de suas culturas geradoras. Para algumas pessoas, ambos os apontamentos podem parecer não tão flagrantes assim no postulado de Schaeffer, mas é justamente sobre a leitura das entrelinhas que o presente ensaio se concentra.

Schaeffer de fato debate várias questões intrigantes sobre acústica e psicoacústica ao longo do tratado e, a bem da verdade, seus intentos são legítimos à medida em que refletem sobre os mistérios do som e da música para orientar seu próprio processo composicional e

buscar sua estética própria a partir destes estudos e experimentos². Entretanto, a mesma sistematização do fenômeno musical a que ele se propõe pode se tornar um problema quando se inverte o sentido e se aplica tal sistemática na análise do “fenômeno musical” como um todo, incluindo os que não lhe pertencem. Este é um dilema que a musicologia sistemática sempre precisará enfrentar: se propor a uma determinada compreensão do fenômeno musical sem deixar que esta compreensão se imponha sobre a criação artística de ninguém; por exemplo, quando a *Verklärte Nacht* para sexteto de cordas de Arnold Schönberg foi “rejeitada” em 1902 pela *Wiener Musikverein* porque supostamente um acorde de nona invertida “não existia”, é só mais um dos vários exemplos em que um cânone de uma musicologia perde de vista a natureza artística de seu objeto de estudo e comete verdadeiros crimes em nome de uma certa matematização da arte, ou seja, toma-se imperdoavelmente o *descritivo* pelo *prescritivo*, sendo que os dois jamais deveriam se confundir.

Sem sombra de dúvida, Schaeffer seria inteiramente solidário a Schönberg neste episódio e se via ele próprio na mesma situação de um artista contemporâneo trabalhando pela legitimação da sua obra frente a uma sociedade apegada a moldes consolidados da experiência estética. Contudo, a sede por sistematização e o vislumbre da matematização levam-no a correr o risco de pecar ele próprio pela mesma atrocidade de seus antagonistas, ou seja: considerar “O Fenômeno Musical” como algo que se possa encerrar e observar, e não como a coisa inconcebivelmente infinita e intangível que na verdade é; acreditar que “compreender” este fenômeno a nível sonoro e sensorial possui algum tipo de prioridade frente a outras formas de compreensão, como a nível antropológico, cultural, espiritual e êmico. Obviamente, ele não se aproxima tanto deste extremo do exemplo de Schönberg, pois de fato não expressa incisivamente diretrizes proibitivas sobre obras alheias, apesar de certos tons de crítica. Todavia, ao lamentar – tentando fazê-lo sutilmente, mas ainda assim lamentando – uma suposta falta de capacidade dos etnólogos em sistematizar “O Fenômeno Musical” por concentrarem demais seus esforços na compreensão do acontecimento musical ensimesmado dentro de seu contexto cultural, Schaeffer insinua que as premissas metodológicas e objetivos científicos da musicologia sistemática são de certa forma mais relevantes ou mais urgentes do que as

² Mesmo o tratado sendo resultado de um esforço coletivo e seus postulados representarem a opinião, o processo composicional, a estética ou sintaxe própria de um grupo de pessoas, ao longo deste ensaio me refiro sempre a Schaeffer como representante deste grupo, cabendo ao leitor buscar compreender em que medida esse ou aquele postulado pertence mais ao grupo ou mais ao indivíduo, pois tal distinção não é o foco aqui.

premissas e objetivos das musicologias comparativa, transcultural e etnomusicologia³. Se ele não insinua isto ou não teve intenção de insinuar, ao invés de criticar os etnólogos, deveria ter ele próprio buscado a tal “origem da música” ou “*the true universal of music*” (trad.: “o verdadeiro universal da música”) fora de sua bolha sociocultural – naquilo que ele optou por chamar de “música tradicional” como clara oposição conceitual à “música da prática comum europeia”, mais oposto ainda a tal “música de vanguarda”. Certamente, fazer esta busca ele próprio teria sido muito mais proveitoso do que simplesmente criticar os etnólogos por não fazerem algo que, em primeiro lugar, eles na verdade não estavam – e hoje estão menos ainda – interessados em fazer.

Apesar do revisionismo decolonial ter alcançado recentemente uma amplitude, intensidade e profundidade muito maior do que no período em que Schaeffer elaborava seu tratado, ainda hoje musicólogos e etnólogos se valem de postulados científicos da musicologia sistemática – especialmente da acústica e psicoacústica – para descrever patrimônios musicais dos mais diversos em todo o mundo. Entretanto, hoje é de se esperar que tais análises entendam esta física e esta matemática exógenas como somente uma das possíveis formas de elucidação do fenômeno, e que esta forma não se proponha a abafar o entendimento êmico daquela prática musical.

Sobretudo, esta forma exógena de elucidação é ainda hoje resquício dos processos coloniais e da estratificação da sociedade, pelos quais a universidade se tornou um espaço “para poucos” e a comunidade acadêmica converteu-se na verdade em uma “classe social” pretensamente responsável pela explicação científica de todos os processos de todas as demais classes. Desta maneira, a falta de diversidade no ambiente acadêmico vem perpetuando desde sempre as mesmas terminologias, as mesmas narrativas e as mesmas cosmovisões que, por definição, não dão conta dos fenômenos surgidos e mantidos fora da bolha sociocultural da academia. Assim sendo, a sede cientificista estruturada sobre cânones europeus de teorização resulta em premissas e vocabulários de um *country club* pretensamente encarregado de explicar todos os fenômenos do mundo – e nas disputas de ego dentro deste *country club*, a explicação física-química-matemática parece equivaler aos grandes lordes e duques, enquanto as explicações antropológicas-sociológicas-filosóficas são os mercadores e empresários, e

³ Para aferimento de possíveis diferenciações entre estas musicologias, ler Pinto, 2018.

obviamente, as explicações êmicas das tradições e a literatura oral não passam nem na porta deste palacete.

No decorrer das recentes décadas, pesquisas antropológicas e etnológicas nas diversas áreas de estudo passaram a respeitar mais a cosmovisão própria de indivíduos e grupos pesquisados, em tentativas – ainda tímidas – de justamente converter o “pesquisado” ou “informante” da clássica situação de *objeto* para a situação de *sujeito*. Tomando como exemplo o Brasil, dentre vários outros países, o que acabo de afirmar sobre o caráter excludente elitista da academia tem se mostrado ultimamente flagrante, justamente à medida em que passam a trabalhar dentro deste ambiente cientificista – historicamente colonizador, racista, classista e extrativista – um número maior de indivíduos de comunidades indígenas, comunidades quilombolas⁴, terreiros⁵, etc. (MACHADO, 2009).

Ou seja, ainda que a intuição estruturalista e universalista de Schaeffer estivesse correta, que vamos debater aqui porque não estava, ele demonstra neste postulado sua predileção pela tal busca da “verdade universal” através de métodos mais alinhados à musicologia sistemática, talvez mais matemáticos em uma instância arquetípica. Schaeffer faz então uma diferenciação tipicamente europeia e modernista que é a supercompartimentação da existência e a hiperespecialização do estudo de suas partes, uma vez insinuando que estudar o fenômeno musical “concentrando-se em e referindo-se ao próprio objeto de estudo” em seu próprio contexto epistemológico-ontológico não poderia resultar na compreensão “Do Fenômeno Musical” como um todo.

Operando assumidamente sobre as fronteiras entre arte e ciência, Schaeffer defende que a música enquanto fenômeno não poderá ser explicada e sistematizada em definitivo a partir dela própria sozinha, reservando inclusive um capítulo do tratado para advogar pela interdisciplinaridade na compreensão do fenômeno musical. Apesar de defender a importância da filosofia e a indispensabilidade da antropologia e da etnologia – ainda que numa visão

⁴ Quilombolas são pessoas nascidas em quilombos (palavra derivada de *kilombo*, das línguas bantas *kigongo* e *kimbundu* que, entre muitos possíveis significados no continente e na diáspora, designava “acampamento”), que são as aldeias ou comunidades formadas por negros e índios fugidos da violência escravagista ao longo do processo colonial.

⁵ Palavra da mesma raiz de “terra”, “terreno” ou “território”, é usada no Brasil em inúmeros contextos, desde espaços da prática de tradições diversas, como um Terreiro de Folia ou um Samba de Terreiro, até espaços sagrados de prática espiritual-religiosa, como um Terreiro de Candomblé ou Terreiro de Umbanda. Em muitos contextos, terreiros e quilombos se confundiam ou estavam de alguma forma intimamente conectados (NASCIMENTO, 1982).

defasada desta – a fim da explicação científica definitiva (total e final) do fenômeno musical, Schaeffer parece dar ainda no geral muita relevância às ciências físicas e matemáticas, ditas “*the most prestigious of our time*” (p.54, trad.: “as mais prestigiosas de nosso tempo”). Caso esta relevância se confirme, poderia se atribuir tal vislumbre naquela época ao impacto das novas tecnologias em vários âmbitos da sociedade, tecnologias essas comumente associadas intrinsecamente às ciências matemáticas. O próprio trabalho artístico e acadêmico de Schaeffer foi muito impactado por determinadas tecnologias e pelas ciências associadas a elas. É de se admirar quem tenciona transitar nesta fronteira arte-ciência, pois grandes são os riscos de ser criticado de ambos os lados, acusado de não realizar “a rigor” nem uma nem outra.

Este primeiro apontamento – da presunção de superioridade da musicologia sistemática frente às demais musicologias sob um pretense científico – é mais controverso, pois aquilo que pode se tornar aparente a partir do excerto escrutinado neste ensaio, pode também ser contradito ou aparentar ser contradito em outras seções do tratado. O segundo apontamento – da presunção de inferioridade das músicas não-ocidentais/não-ocidentalizadas sob um suposto estado primitivo ou estágio primordial de suas culturas geradoras – não é tão controverso porque sua problemática está menos implícita e seu conteúdo específico é menos recorrente no restante do tratado.

Esta segunda questão é tão profunda e tão dolorosa que é até mesmo difícil saber por onde começar a reflexão, mas talvez abandonar brevemente a formulação do Schaeffer e se ater por um instante à problemática do estruturalismo e universalismo seja um bom caminho.

A postulação teórica do Estruturalismo e do Universalismo transita em diversas áreas do conhecimento – da linguística à antropologia, da filosofia à sociologia, da psicologia à literatura – e em cada área possui pequenas distinções inerentes a cada disciplina, bem como enfrenta em cada âmbito uma maior ou menor aceitação da comunidade especializada. A grosso modo, podem até se confundir como uma mesma postulação, ou talvez o estrutural sendo uma sofisticação teórica do universal – o estruturalismo representaria, pois, uma sistematização pragmática qualitativa do universalismo, *i.e.*, se existem ideias e ações verificáveis em todas as sociedades e todas as culturas, quais são elas e como são elas, por assim dizer, qual é a *estrutura* destes *universais*? Neste sentido, para facilitar a escrita, opto aqui por me referir somente a *universalismo* implicando ambas as teorias, também por ser este um dilema político-ideológico geral, mais abrangente e mais grave.

O problema desta teoria é que tal estrutura de universais de fato não existe e nunca teria como existir. A realidade é que, a respeito do patamar de complexidade e diversidade da miríade de possíveis formas de organização humana em diferentes espaços e diferentes tempos, um postulado teórico válido na verdade se aproximaria muito mais da máxima quântica: tudo que é possível acontecer, de fato acontece!⁶ Isso quer dizer que a já comentada sede cientificista busca desesperadamente aliviar a terrível aflição humana de não saber a verdade, de não ter resposta, de estar perdido no escuro, de não conseguir explicar o funcionamento da existência e, portanto, não conseguir prevê-lo, sofrendo então com a *vertigem da imprevisibilidade*⁷. Nesta angústia, recorrências e permanências podem parecer realmente muito sedutoras e acabar induzindo estudiosos a buscarem generalizações e darem suas vidas – às vezes literalmente – por esta cruzada no enalço dos famigerados universais. A bem da verdade, existem hoje ainda poucas atividades humanas amplamente aceitas como universais humanos, e as que são aceitas são majoritariamente da dimensão fisiológica-neurológica-cognitiva, como a linguagem. Da dimensão cultural, os poucos consensos sobre universais referem-se a macrocategorias de construtos humanos, sem traços específicos de manifestações destes construtos, justamente por serem estes traços infinitamente variados.

Desta forma, ainda que a *música* em si venha a ser considerada um universal humano, o que muitos pesquisadores têm tentado comprovar, o acontecimento exato da mesma, suas causas, processos e resultados são infinitamente diversos e absolutamente nenhum traço musical identitário pode ser aferido em todas – nem mesmo numa grande maioria – das culturas musicais⁸. Ou seja, quando Schaeffer clama pelos universais do fenômeno musical que poderiam ser sistematizados através das etnologias, o fenômeno em si já estava posto como “universal”, portanto, nenhuma variável interna a ele poderia ser ainda considerada universal. Entretanto, o problema do postulado de Schaeffer, como outros universalistas, não está no *que*, mas sim no *como e para que/m*.

⁶ Cox & Forshaw (2016).

⁷ Huizinga (1938).

⁸ Mesmo desconsiderando os 4% dos seres humanos estatisticamente enquadrados sob a amusia (inexistência cognitiva do reconhecimento de padrões musicais básicos) e desconsiderando ainda as centenas de povos isolados existentes em diferentes regiões do mundo (os quais ninguém saberia dizer se possuem práticas musicais ou não), nota-se que a maior parte das pesquisas que tencionam comprovar a música enquanto universal humano o fazem a partir de uma perspectiva etnocêntrica, não endereçando, por exemplo, o fato de certas culturas não possuírem uma distinção ou conceituação de *música* como tal. Para facilitar a discussão cabível neste breve ensaio, aceitemos *alguma forma de música* enquanto universal humano e sigamos a partir daí, pois como dito anteriormente, o problema não está no conceito do universal em si, mas sim na maneira como é formulado e para que é aplicado.



Existe um impasse ético na proposição universalista. Em suma, o projeto colonial e o espírito imperialista são, em essência, universalistas. A ideia deturpada de que existe um conjunto de valores culturais universais – ou de que, se não existe, deveria existir – é parte do argumento ético-científico que levou a Europa a justificar sua cruzada civilizatória, desde muito antes, mas com acentuada atrocidade e malignidade a partir dos séculos XV e XVI. De forma ainda mais absurda, tal imperialismo permanece até hoje por parte de diversas entidades (de maioria europeia e norte-americana) que utilizam o mesmo argumento civilizatório (ora progresso, desenvolvimento, modernização) para colonização econômica, política, religiosa, cultural e até mesmo para a escravização propriamente dita em todo o mundo, sobretudo em África. Isso é o mesmo que dizer que a hipótese universalista deve ser categoricamente desqualificada e combatida em todas as suas ocorrências, pois a história já nos ensinou que a intencionalidade do inventor não se sobressai frente à intencionalidade dos que vão utilizar sua invenção com má-fé a fim de todo tipo de monstruosidade. A academia precisa urgentemente abandonar sua ingenuidade modernista e passar a combater conceituações, teorizações, formulações e vícios de linguagem que trabalham direta ou indiretamente pela manutenção das estruturas de opressão – e neste intuito, revisar por inteiro sua ética sob a luz da desconstrução total do etnocentrismo e da reconstrução holística da postura decolonial. O presente ensaio se soma a este esforço, como dito, analisando as entrelinhas da fala de Schaeffer.

Compreendida a impossibilidade de existência de universais do fenômeno musical, resta debater o último ponto problemático do excerto. Em parte, pode parecer que Schaeffer nesta fala clama pelas etnologias meramente para fins quantitativos do método científico, no sentido de aumentar o grupo de amostra analisado para avantajá-lo a chance de encontrar os famigerados universais. Entretanto, ele se refere às músicas tradicionais – não clama, por exemplo, por uma etnologia da música urbana, nem por uma etnologia da prática contemporânea de música francesa medieval⁹ – e nesta escolha está implícita uma oposição conceitual entre a música tradicional e a dita música erudita: a tradicional genericamente

⁹ Pelo excerto pode parecer não ser possível determinar a que tipo de “músicos tradicionais” ele se refere, mas pelo parágrafo anterior fica mais claro. “The third phenomenon involves a reality that is very ancient and is also gradually disappearing. It concerns *vestiges of civilizations* and *musical geographies* other than Western. For our contemporaries this phenomenon does not yet seem to have taken on all the importance it deserves.” [p. 52, grifos originais] “O terceiro fenômeno envolve uma realidade que é muito antiga e que também está desaparecendo gradualmente. Diz respeito a vestígios de civilizações e geografias musicais que não são ocidentais. Para os nossos contemporâneos este fenômeno ainda não parece ter assumido toda a importância que merece” [tradução livre].

associada ao simplório e estagnado, a erudita genericamente associada ao sofisticado e dinâmico. Esta polarização pode ser aferida até hoje em incontáveis situações cotidianas de escrita ou de conversação acadêmicas, permanecendo no imaginário coletivo de muitos colegas de profissão esse tipo de visão preconceituosa.

À época deste tratado, era ainda muito comum as etnologias encararem as culturas não-europeias – principalmente mas não somente as de povos africanos e ameríndios – com uma postura paternalista e, sobretudo, com uma visão desumanizada, exotizada, objetificada, musealizada. Comumente se referiam a estes povos como primitivos¹⁰, selvagens, arcaicos, não-civilizados, etc. Mesmo quando estes termos passaram a ser combatidos, a atitude por trás deles permaneceu, e muito desta atitude permanece ainda hoje. Na música, este ponto de vista colonizador pode ser percebido ao encontrar ainda hoje textos afirmando, por exemplo, que o violino “evoluiu” de instrumentos árabes como o Kemenche até alcançar um “estado ótimo” de sua luteria e consolidar-se tal como é hoje entre os séculos XVIII e XIX. Este tipo de formulação é descreditada de duas formas.

Primeiramente, vem sendo extensamente debatido, de Lévi-Strauss a Viveiros de Castro, aquilo pode ser genericamente referido como “falso evolucionismo”, que é justamente o fato da sociedade europeia/europeizante não ser verdadeiramente mais evoluída do que nenhuma outra sociedade. O que acontece é justamente que o acúmulo de bens e recursos por parte desta sociedade se deu exatamente por via da violenta exploração e escravização das outras sociedades, *i.e.*, qualquer objeto ou construto que dê a sensação de evolução desta sociedade é na verdade mero fruto da destruição sistemática e permanente das demais sociedades, bem como da apropriação milenar das técnicas, tecnologias, e do capital cultural, intelectual, humano e material das demais sociedades. A maior prova desta não-evolução é precisamente que, hoje, o que nesta sociedade é considerado o topo desta evolução, como ecologia e bem-estar social, por exemplo, são ideias desde sempre pujantes em várias

¹⁰ Dois parágrafos depois, o próprio Schaeffer usa esta palavra: “Under these conditions it is understandable that musicologists, confident in their own system, should quite naturally strive to reduce primitive or non-Western languages to the concepts and terms of Western music. And it is not surprising that the need to go back to authentic sources should have been argued precisely by the most modernist musicians, of musique concrète in particular, who found themselves obliged, through their own experience, to question seriously the universal value of this system.” [idem] “Nestas condições, é compreensível que os musicólogos, confiantes no seu próprio sistema, se esforcem naturalmente a reduzir as línguas primitivas ou não-ocidentais aos conceitos e termos da música ocidental. E não é surpreendente que a necessidade de voltar a fontes autênticas tenha sido defendida precisamente pelos músicos mais modernistas, em particular da música concreta, que se viram obrigados, através da sua própria experiência, a questionar seriamente o valor universal deste sistema” [tradução livre].

sociedades ditas “não-ocidentais”, e tais conceitos são atualmente implementados em alguns países diretamente às custas do comportamento antiecológico e socioeconomicamente predatório de suas indústrias nos demais países. Uma alegoria perfeita de todo o processo colonial.

Este falso evolucionismo precisa ser combatido pelo seguinte fato:

Quando nós testemunhamos uma pessoa violentar a outra, por exemplo, tomar para si o casaco da outra à força, nós não louvamos o assaltante, não elogiamos sua nova vestimenta e não o parabenizamos por possuir um casaco tão belo, quente, elegante, confortável e adquirido de forma tão inteligente. Nós abominamos o que ele fez e, idealmente, lutamos para dar de volta a outra pessoa aquilo que lhe foi roubado. Porém, quando a exata mesma situação acontece diluída ao longo de milhares de anos e espalhada por todas as regiões do mundo, nós temos dificuldade de identificar o assaltante e acabamos absolvendo-o do seu crime. Obviamente, neste último caso, o fato do referido assaltante possuir o controle midiático da sociedade facilita sua impunidade. Contudo, independente dos mecanismos de controle de narrativa, uma vez que identificamos o assalto e o assaltante, temos obrigação de nos engajar na reparação do roubo, na punição do assaltante e na restituição do patrimônio usurpado, sob pena de nos descobrirmos imorais e sermos condenados como cúmplice do crime em questão.

Portanto, é parte do árduo e complexo dever cívico e espiritual de lutar contra o crime em questão a obrigação da academia de ativamente combater conceituações, teorizações, formulações e vícios de linguagem que trabalham direta ou indiretamente pela manutenção das estruturas de opressão, revisando por inteiro sua ética sob a luz da desconstrução total do etnocentrismo e da reconstrução holística da postura decolonial.

Segundamente, esta afirmação sobre o violino constitui um erro também porque dizer que o Kemenche árabe “evoluiu” na Europa até se tornar um violino insinua que o Kemenche está num “estágio anterior de evolução”, que é um instrumento “primitivo, arcaico, selvagem, etc.” ou que o Kemenche em circunstâncias socioculturais – materiais e imateriais – similares se tornaria também eventualmente um violino ou algo próximo de um violino. Afirmações similares são feitas frequentemente sobre toda sorte de instrumentos, estabelecendo uma relação evolutiva entre instrumentos europeus modernos e instrumentos não-europeus de tradições musicais imemoriais. Qualquer descrição neste sentido tem enfrentado severas críticas na academia nas décadas recentes e são vistas como diferentes manifestações – ora mais sutis,

ora mais flagrantes – de um ludibrioso darwinismo cultural expressamente etnocêntrico e essencialmente colonizador. Quaisquer que sejam os instrumentos, em diferentes tradições de diferentes regiões e contextos culturais, eles são da forma que são porque assim desejam seus herdeiros e assim demanda a bússola estética daquele grupo de pessoas. A antiguidade de um instrumento tampouco o impede de se modificar, quando assim desejam seus herdeiros. Esta mesma afirmação em relação aos instrumentos vale também para os demais objetos, bem como para os vários aspectos estéticos de um patrimônio cultural imaterial¹¹.

Se tais visões e formulações estão até hoje presentes na escrita e na conversação acadêmicas, é sabido que nos tempos de Schaeffer elas eram ainda mais fortes. Infelizmente, estes três parágrafos do seu tratado são brevemente pincelados no caminho argumentativo para discutir os famigerados universais, sendo realmente muito pouco para termos uma noção completa das suas convicções a respeito deste tema. Talvez ele próprio não tenha refletido tão profundamente sobre tudo isso que discutimos aqui, ou talvez tenha e por isso mesmo expressou-se minimamente sobre o tópico sabendo da polêmica implicada. De uma forma ou de outra, a crítica de Schaeffer sobre a etnologia, no que tange aos famigerados “*universals of the musical phenomenon*” potencialmente presentes nos “*traditional musicians*” e em “*vestiges of civilizations*” encontrados nas “*primitive or non-Western languages*”, parece insinuar a oportunidade da etnologia contribuir na busca dos universais, por um lado pelo alargamento do grupo de amostra, mas por outro, também pela ideia – muito comum na época e ainda hoje reminescente – de que outras culturas sejam primitivas, mais próximas do homem primordial, original, arcaico, selvagem, pré-civilização, pré-histórico, etc. Esta visão é falaciosa e está no coração da lógica de pensamento colonial – de certa forma, é a própria ideia geradora do processo de colonização.

SOLUCIONÁTICA

De fato, existe a questão do anacronismo histórico, pelo qual supostamente pessoas do passado não podem ser cobradas por coisas que fizeram ou deixaram de fazer ao estarem

¹¹ A complexidade deste debate pode ser aprofundadamente discutida através do texto de Kofi Agawu, *Tonality as a Colonizing Force in Africa*. Audible Empire: Music, Global Politics, Critique (p. 334-354), ed. Ronald Radano e Tejumola Olaniyan. Duke University Press, 2016.

seguindo diretrizes socioculturais da época, uma vez que a posterior revisão destas diretrizes (supostamente) ainda não era parte consolidada do cotidiano da época e, portanto, não podem ser aplicadas retroativamente, por assim dizer¹². Contudo, a questão aqui não se trata do teor colonialista da fala de Schaeffer em si, e sim, do fato de que este tratado é ainda hoje amplamente utilizado no ensino superior em música no mundo inteiro. Existirem ressalvas sobre o pensamento ou sobre a formulação do autor em 1966 realmente não é uma questão, já a utilização da obra em contexto de ensino em 2020 é. De fato, é compreensível um autor naquele contexto formular um postulado desta maneira, e a obra dele não precisa ser desqualificada, nem a pessoa dele tampouco, porém, utilizar esta obra hoje sem trazer para o debate as problemáticas implicadas em partes do discurso é sim um problema grave. Não se pode esperar (ainda) que todas as pessoas ao lerem este tratado terão a perspectiva crítica necessária para enxergar os vícios de linguagem ali contidos e as lógicas de pensamento colonial que orientavam a escrita. Talvez ainda por mais três gerações daqui em diante, a utilização de textos assim precisa idealmente vir acompanhada de textos revisionistas ou de comentários dos docentes ou discentes no intuito de questionar certas premissas e apresentar a releitura dos textos em perspectiva anti-etnocêntrica decolonial.

Isso que vale para textos de tempos passados não deixa de valer para textos escritos agora. Infelizmente, a luta decolonial até hoje ainda não extrapolou o patamar de disputa de narrativa, ou seja, ainda não se tornou uma mentalidade hegemônica, unânime, naturalizada,

¹² Eu discordo enfaticamente deste ponto de vista. O princípio por trás da ideia de anacronismo histórico faz muito sentido, mas frequentemente este argumento é utilizado para isentar pessoas e instituições de responsabilidades básicas sobre erros atroz. As mudanças que acontecem na sociedade se dão pela constante luta entre forças políticas, e a interação destes vetores determina a eventual manutenção, alteração ou destruição do “estado das coisas”. Antes de um movimento, seja ele qual for, se tornar de fato um movimento, ele consistia em indivíduos separados que concordavam ou discordavam de determinadas ideias. Uma série de infinitos fatores, sendo o mais decisivo de todos a coragem, leva indivíduos a mobilizarem e organizarem pessoas dispostas a batalhar para mudar o estado das coisas. Portanto, quando nós olhamos para o passado e apontamos atitudes racistas, classistas, sexistas, homofóbicas, imperialistas, colonizadoras ou opressoras de qualquer natureza, nós o fazemos sabendo que, assim como, já naquele tempo, indivíduos lutavam contra aquela opressão, outros indivíduos optavam deliberadamente por não lutar contra o estado das coisas ou até mesmo por lutar pela manutenção dele. Assim sendo, se proibir de apontar, por exemplo, o racismo no passado onde ele tenha se manifestado, é na verdade uma forma de ser conivente com a falta de coragem dos que não lutaram contra o racismo e, ainda pior, uma enorme violência contra aqueles que lutaram e morreram sem ver a luta ser vencida. O anacronismo histórico só faz real sentido quando eu não julgo Newton por não ter inventado a internet, pois ele nem energia elétrica possuía para ser capaz de criar algo assim. Isso não pode ser confundido com considerar historicamente natural ou compreensível a indústria ter explorado desumanamente a sua mão-de-obra porque Marx ainda não havia surgido para explicar o absurdo daquilo. Esta discussão, no entanto, precisaria de vários outros ensaios para ser explorada, por isso vamos considerar aqui o anacronismo histórico como uma premissa acadêmica válida e focar apenas no que é de fato o objetivo deste ensaio.



INFINITUM

Revista Multidisciplinar

ISSN: 2595-9549

tacitamente compactuada entre os indivíduos formantes da sociedade. Assim sendo, mesmo textos escritos agora ainda reverberam a lógica de pensamento colonialista e, especialmente a academia, está repleta de pensadores prontamente dispostos a defender atitudes e discursos colonizadores pontual ou integralmente, ou mesmo reprovar os intentos decoloniais como um todo, seja advogando pelos criticados sob o estandarte do anacronismo histórico, seja tachando o ímpeto decolonial como radicalista, fundamentalista, anticientífico, parcial, destemperado, irrazoável, reclamista, comunista ou toda sorte de ofensas. A disputa de narrativa é tão forte que recentemente tem sido mais comum o surgimento de departamentos ou até institutos e faculdades inteiras voltadas inteiramente para a postura decolonial, justamente como consequência do constante atrito desta disputa de narrativa nas universidades comuns. Por isso, seja em textos do passado ou da atualidade, é importante haver o contraponto e a discordância neste sentido, seja por parte do docente ou do discente, para avançar com este debate cada vez mais.

Neste sentido, existem algumas coisas salutares a serem feitas por professores e alunos no ensino superior em música. Primeiramente, sempre incentivar a leitura crítica da bibliografia, buscar mais do que somente absorver os postulados de uma obra, mas sim dialogar verdadeiramente com a obra de forma a ler as entrelinhas tanto quanto as linhas e refletir criticamente sobre todo o conteúdo e a forma da escrita. Depois, checar a existência de textos escritos como revisão, crítica ou contraponto da obra escolhida, para evitar a apresentação unilateral dos pontos de vista nela contidos. Ainda além, incentivar ao máximo a pluralidade e diversidade entre os alunos da universidade – em primeira instância – e de cada curso ofertado – em última instância. Isto pode ser alcançado de diferentes formas, sendo os desafios distintos para cada instituição: aumentar o número de vagas; evitar barreiras burocráticas ao ingresso; multiplicar parcerias de mobilidade acadêmica entre diferentes universidades nacional e internacionalmente; incentivar a participação de alunos de instrumento, de pedagogia e de musicologia em todos os cursos de todos os departamentos; implementar currículos com menos matérias obrigatórias de música, mais matérias de outros cursos (como antropologia, sociologia, filosofia, etc.) e menos matérias obrigatórias em geral para dar mais espaço para matérias optativas, incentivando assim a participação de alunos de diferentes vivências para debates mais plurais e diversos; ofertar menos cursos estritamente expositivos, e mais cursos onde a troca de ideias é a metodologia (seminário, etc.); e ofertar mais matérias sobre temas não-europeus e

não-eurocentrados.

No caso de Schaeffer, antes mesmo de chegar nos detalhes e nas entrelinhas do seu postulado, a própria proposição sobre o universalismo pode ser tomada como tema de debate em um dos encontros de um curso. A bem da verdade, como dito antes, o tema é tão vasto e profundo e tão fortemente conectado à própria existência e manutenção da ciência como um todo que poderia ser o tema de um curso inteiro, buscando esgotar as possibilidades argumentativas a favor e contra esta proposição. Por exemplo, alguém poderia argumentar que existem formas essencialmente benéficas de cosmovisão universalista, como várias filosofias africanas – *ubuntu*, *harambee*, *ujamaa* – que acreditam justamente na unidade total e harmonia total entre todos os seres humanos e seres vivos. Dali poderia seguir a discussão com o contraponto sobre as ocasiões em que, mesmo estas filosofias sagradas, foram deturpadas na era moderna para manutenção de estruturas de opressão e injustiça social. Mais além, se debateria o reflexo direto e expresso destas filosofias na constituição da música de diferentes povos africanos, em todos os parâmetros, como sistematizado por musicólogos como Meki Nzewi e Kazadi Wa Mukuna, entre outros. E assim sucessivamente.

Pelo exposto, fica claro que o confronto de diferentes pontos de vista e a postura crítica frente a tudo a todo momento são o fundamento maior da academia e permanecem sendo a garantia da realização plena de suas funções dentro da sociedade. Espero, assim, que este ensaio inspire outras pessoas a revisarem outras partes desta obra e de outras obras deste e de outros autores, se propondo ao diálogo dentro de perspectivas críticas distintas, e espero que incite também pessoas a responderem a este ensaio com visões e argumentações diferentes destas apresentadas aqui.



REFERÊNCIAS

AGAWU, Victor Kofi. **Tonality as a Colonizing Force in Africa**. Audible Empire: Music, Global Politics, Critique (p. 334-354), ed. Ronald Radano and Tejumola Olaniyan. Duke University Press, 2016.

_____. **To Cite or Not to Cite? Confronting the Legacy of (European) Writing on African Music**. Fontes Artis Musicae 54/3: 254-62, 2007.

_____. **The Challenge of African Art Music**. Circuit, musiques contemporaines 21/2: 55-72, 2011.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**. Mana 2.2: 115-144, 1996.

DA SILVA, Denise Ferreira. **Toward a global idea of race**. University of Minnesota Press, 2007.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. Editora da Universidade de São Paulo, Editora Perspectiva, 1971.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história**. Antropologia estrutural, 1952.

MACHADO, Almiros Martins. **De direito indigenista a direitos indígenas: desdobramento da arte do enfrentamento**. Dissertação (Mestrado) – UFPA, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2009.

MUKUNA, Kazadi Wa. **Creative Practice in African Music: New Perspectives in the Scrutiny of Africanisms in Diaspora**. Black Music Research Journal, Vol. 17, 2, pp. 239-250. 1997.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso**. Estudos Afro-Asiáticos, v. 6, n. 7, p. 259-265, 1982.

NKETIA, J.H. Kwabena & NKETIA, Joseph H. **The music of Africa**. New York: WW Norton, 1974.

NZEWI, Meki. **African Music: Theoretical Content and Creative Continuum —The Culture-Exponent's Definitions**. Vorderhäusern, Germany: Institut für Didaktik Populärer Musik, 1997.

_____. **Strategies for music education in Africa: Towards a meaningful progression from tradition to modern**. International Journal of Music Education, n. 1, p. 72-87. 1999.

PINTO, Tiago de Oliveira. **Music as Living Heritage: An Essay on Intangible Culture -**



INFINITUM

Revista Multidisciplinar

ISSN: 2595-9549

Sounding Heritage / Essay. EMVAS, 2018.

RIBEIRO, Darcy & MARTINS, Edilson. **Antropologia ou a Teoria do Bombardeio de Berlim.** Revista Encontros com a Civilização Brasileira, n. 12, 1979.

SCHAEFFER, Pierre. (1966) **Treatise on Musical Objects: An Essay Across Disciplines.** Vol. 20. Trad.: Cristine North & John Dack, University of California Press, 2017.

